



Câmara Municipal de Castelo
Espírito Santo

ATO ADMINISTRATIVO Nº 70, 03 DE NOVEMBRO DE 2021

**CONSTITUI COMISSÃO DE
INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS,
IMÓVEIS E BENS EM
ALMOXARIFADO PARA ATUAREM
DURANTE O ANO DE 2021 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no âmbito de sua competência regimental, resolve baixar o presente ato administrativo:

Art. 1º Fica instituída no âmbito do Poder Legislativo Municipal a comissão para realização do inventário anual dos bens em almoxarifado e dos bens patrimoniais deste Legislativo.

Art. 2º Para fins da efetivação do previsto no art. 1º desta portaria, ficam designados para integrarem a Comissão, Servidores da Câmara Municipal com a seguinte constituição:

I – Alexandra Carari, ocupante do cargo de provimento em comissão de matrícula nº 39702, para atuar como Presidente da Comissão;

II – Cleuton Bello Gonçalves, ocupante do Cargo de provimento efetivo matrícula nº 50701, para atuar como Vice-Presidente;

III – Ademar Rosa Júnior, ocupante do Cargo de provimento efetivo, matrícula nº 50601, para atuar como Membro.

Art. 3º São atribuições dos membros da comissão:

I – Realizar o inventário anual de bens móveis, imóveis e bens em almoxarifado, promovendo o exame físico dos bens quanto à especificação e quantidade;

II- Elaborar relatórios (Termos Circunstanciados) do inventário de bens móveis, imóveis e dos bens em almoxarifado, indicando o saldo total apurado e o detalhamento das divergências encontradas (através das notas explicativas) que serão encaminhadas junto à Prestação de Contas Anual do próximo exercício.

Art. 4º Ao ser detectada pela Comissão a existência de bens julgados desnecessários e/ou inservíveis, será relatado o fato ao Setor de Administração para ciência e providências cabíveis.

Art. 5º Os bens patrimoniais não localizados no dia da verificação física, sem justificativa do seu responsável, ou com justificativa não aceita pela Comissão,



Câmara Municipal de Castelo
Espírito Santo

serão considerados extraviados e, nessa condição, serão relatados para o Setor de Administração tomar as devidas providências junto ao Presidente da Câmara.

Art. 6º Após a realização dos trabalhos efetuados pela Comissão, caberá ao Presidente tomar todas as providências referente à publicação dos relatórios junto ao Portal da Transparência ou institucional, bem como, outras medidas que se fizerem necessárias.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, cumpre-se.

Câmara Municipal de Castelo, Estado do Espírito Santo, 03 de novembro de 2021.


TIAGO DE SOUZA
PRESIDENTE



EDIMAR CELIN
1º SECRETÁRIO


RENAN VIÇOSI MAIA
2º SECRETÁRIO